

UMA METODOLOGIA VIÁVEL PARA O ENSINO COERENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA

BOMFIM, Joseane dos Santos.
Josibomfim@ibest.com.br

LIMA, Márcio Cardoso. (Orientador)
Pós-graduado em Didática do Ensino Superior, Profº do
curso Letras-Português da Universidade Tiradentes-UNIT.
mcardosolima@uol.com.br
mcardosolima@emsergipe.com.br

“O amor recíproco entre quem aprende e quem
ensina é o primeiro e mais importante degrau para
se chegar ao conhecimento.”

Erasmus de Rotterdam

RESUMO

Este trabalho consistirá em uma investigação científica acerca de uma metodologia viável para o ensino coerente da Língua Portuguesa. Refletiremos sobre a forma tradicional de ensino da língua utilizada ainda em pleno século XXI por muitos educadores que se negam a modificar suas metodologias para adequar-se aos atuais estudos lingüísticos.

Não se pretende com este artigo criar fórmulas mágicas que possam acabar com todas as dificuldades de aprendizagem da língua, busca-se contribuir mostrando meios diferentes que promovam o progresso e o sucesso na formação de alunos mais ativos, críticos e agentes criadores.

Palavras-chave: língua portuguesa, ensino, gramática.

UMA METODOLOGIA VIÁVEL PARA O ENSINO COERENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA

INTRODUÇÃO

A escolarização almejada em pleno século XXI é aquela que leve o estudante a utilizar de forma adequada as possibilidades da língua, que possibilite a escola interagir com as condições de vida da comunidade atendida, adequando seus planejamentos e métodos com a intenção de eliminar a exclusão e o fracasso escolar.

Nas práticas pedagógicas atuais dos professores de Língua Portuguesa, há um grande desafio a ser superado, liberta-se do comodismo de seguir os programas já prontos dos livros didáticos, como também desvencilhar-se do tradicionalismo de repetir conceitos da doutrina gramatical. Este trabalho verificará propostas inovadoras para auxiliar os educadores na melhoria do ensino da disciplina de Língua Portuguesa, tornando o educando construtor de seus conhecimentos através de suas próprias pesquisas e de suas reflexões, deixando de ser meros repetidores de conteúdos preestabelecidos e de normas ultrapassadas.

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A qualidade do ensino de Língua Portuguesa tem sido discutida por diversos especialistas que comungam a opinião de que o ensino de gramática enfrenta sérios problemas. E muitos desses problemas se relacionam com a metodologia utilizada pelo professor de nossa língua materna, que precisa vincular suas aulas a métodos que facilitem o processo de aquisição do conteúdo pelo educando. Já está mais do que provado que a prática gramatical atual não contribui para o domínio da língua padrão. E que nem sempre o que é proposto pelo professor são atividades significativas.

Para tornar a ação pedagógica eficaz, o educador necessita aumentar o domínio de recursos lingüísticos por parte do aluno. Isso acontece quando o professor expõe consistentemente os alunos a formas lingüísticas que eles não dominam, e essa prática ou esse contato não pode limitar-se à gramática normativa. Urge, pois que o professor viabilize em sua prática pedagógica o contato direto dos alunos com as tipologias textuais existentes no intuito de que seja aguçada a leitura de mundo nos moldes a torná-los agentes do mundo em que estão inseridos, a partir da linguagem.

O mestre da língua materna precisa promover uma integração na estrutura em que normalmente é dividido o ensino de Língua Portuguesa: ensino de gramática, ensino de leitura, ensino de interpretação de texto e ensino de produção de texto, ou seja, ele deve, na atual conjuntura, trabalhar todas essas vertentes para que o ensino de Língua Portuguesa seja desenvolvido de modo eficaz.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa esclarecem a necessidade de haver essa interação dos conteúdos nas aulas de português:

são situações em que as atividades de escuta, leitura e produção de textos orais e escritos, bem como as de análise lingüística se interrelacionam de forma contextualizada, pois quase sempre envolvem tarefas que articulam essas diferentes práticas, nas quais faz sentido, por exemplo, ler para escrever, escrever para ler, decorar para representar ou recitar, escrever para não esquecer, ler em voz alta, falar para analisar depois, etc. (PCN's, 1998, p.87).

Visto que um dos compromissos da escola é tornar o aluno um cidadão pensante, capaz de participar criticamente no ambiente social em que vive. A metodologia proposta pelos PCN's vai direcionar as práticas do professor para atividades de reflexão e integração.

O ENSINO DE GRAMÁTICA

Ao fazer referência ao ensino de gramática, é necessário especificar de qual gramática estamos fazendo referência, pois não existe um tipo de gramática, e cada tipo poderá ser utilizada de maneira diferente e alcançará também objetivos distintos.

Verificaremos os conceitos dos diferentes tipos de gramática conforme TRAVAGLIA (1996, p. 30 – 33):

A gramática normativa – é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial.

A gramática descritiva – é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias lingüísticas existentes, os tipos de contribuição possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos.

A gramática internalizada ou competência lingüística internalizada do falante – o conjunto de regras que é dominado pelos falantes e que lhes permite o uso normal da língua (cf. Perini, 1976, p. 20 – 22).

A gramática implícita – que é a competência internalizada do falante (incluindo os elementos – unidades, regras e princípios – de todos os níveis de constituição e funcionamento da língua: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e textual – discursivo).

A gramática explícita ou teórica – é representada por todos os estudos lingüísticos que buscam, por meio de uma atividade metalingüística sobre a língua, explicitar sua estrutura, constituição e funcionamento.

A gramática reflexiva - é a gramática em explicitação (representa as atividades de observação e reflexão sobre a língua que busca detectar, levantar suas unidades, regras e princípios, ou seja, a constituição e funcionamento da língua).

A gramática contrastiva ou transferencial – é 'a que descreve duas línguas ao mesmo tempo, mostrando como os padrões de uma podem ser esperados na outra.'(Borba, 1971:80)

A gramática geral – é a que 'compara o maior número possível de línguas, com o fim de reconhecer todos os fatos lingüísticos realizáveis e as condições em que se realizarão.'(Borba, 1971, p. 81)

A gramática universal – é uma ' gramática de base comparativa que procura descrever e classificar todos os fatos observados e realizados universalmente' (Todorov e Ducrot, 1978, p. 15).

A gramática histórica – é a que estuda uma seqüência de fases evolutivas de um idioma (Bechara, 1968).

A gramática comparada – é a que estuda uma seqüência de fases evolutivas de várias línguas, normalmente buscando encontrar pontos comuns.

Embora existam diferentes tipos de gramática, a maioria dos professores de Língua Portuguesa, utiliza apenas a gramática normativa como sendo única e exclusiva, porém o ensino de gramática compreendido como um manual de regras a serem seguidas para tornar o aluno um bom dominador da língua escrita e falada é descabível, visto que conduz o estudante a sujeitar-se a normas lingüísticas tidas como legítimas.

NEVES (2003, p. 18) defende o seguinte pressuposto teórico no tocante ao ensino de gramática:

venho defendendo que se finque a pesquisa lingüística na valorização do uso lingüístico e do usuário da língua, propiciando-se a implementação de um trabalho com a língua portuguesa-especialmente com a gramática que vise diretamente àquele usuário submetido a uma relação particular com sua própria língua, a relação de 'aprendiz', o que, de certo modo, o retira da situação de 'falante competente', ...

Para a autora, a linguagem tem que ser separada das simples proposições de moldes que submetem o aluno à aceitação de normas e chegar à fase de integração entre o conhecimento das teorias lingüísticas. A sua aplicação na prática, no cotidiano do estudante, deve fazer com que o falante da língua seja capaz de construir enunciados que se assemelhem à linguagem da classe de prestígio social, visto que ele ao chegar à escola já domina enunciados de sua linguagem sem precisar preocupar-se com normas preexistentes.

Não é admissível, na atual conjuntura, fazer com que os alunos imitem apenas os Clássicos da Literatura e deixem-nos passar despercebidos pelos diferentes gêneros que permeiam o dia-a-dia informativo brasileiro. A escola é o lugar mais apropriado para encaminhar os educandos para o “bom uso da linguagem”, não confundir este uso adequado com preconceito lingüístico, pois a variação deve ser reconhecida, ou seja, a sala de aula de Língua Portuguesa

deve viabilizar ao aluno a ressignificação dos conteúdos de língua que o são inerentes ao seu cotidiano.

Segundo BAGNO (1999), o preconceito lingüístico está relacionado à confusão que foi feita, no decorrer dos anos, entre língua e gramática normativa. É preciso que os professores da língua materna conheçam a diversidade lingüística para não repetirem o mesmo erro milenar de estudar a língua como algo estanque, uma coisa morta sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam. Evitando, dessa maneira, que a variedade desprestigiada não seja estigmatizada e que o falante desta variante não se sinta envergonhado de falar.

Busca-se atualmente, que se tenha a concepção de gramática como um conjunto de conhecimentos sobre a língua que tem como objetivo auxiliar os alunos a estender o uso da língua materna de forma eficaz. Criando habilidades no usuário da língua para se expressar adequadamente em diferentes situações conversacionais.

O professor de Língua Portuguesa deve entender a língua como sendo heterogênea, percebendo as diversidades inerentes à própria língua, tais como: idade, origem geográfica, situação econômica, grau de escolaridade, e a partir dessa concepção, o educador terá possibilidade de desenvolver um trabalho que atenda às necessidades particulares de seus alunos, evitando, dessa forma, o abismo lingüístico.

O ENSINO DE LEITURA

Conforme Brito (2003), o ato de ler se distancia consideravelmente da obtenção de um simples sentido literal. Para a autora, a leitura é um processo que envolve elaborações semânticas, pragmáticas, lógicas e culturais, entre outras, e esta atividade está subordinada a diversos fatores lingüísticos e extralingüísticos.

Sendo assim, a leitura é um desafio que necessita da interação leitor-texto. No processo da leitura, o leitor a partir de seus conhecimentos prévios reflete sobre as informações contidas no texto e constrói o significado do texto.

Ao ler, o leitor se depara com inúmeras palavras escritas e utilizando seu conhecimento de mundo, poderá completar as lacunas deixadas pelo autor do texto que não está presente no momento da leitura para esclarecimentos de dúvidas, e a partir da interação das informações, haverá uma ampliação de vocabulário e um novo horizonte se abrirá propiciando o entendimento do conteúdo do texto.

No ato de ler, mesmo sem sua percepção, o leitor realiza diferentes ações denominadas de estratégias de leitura, onde este segue uma certa seqüência: seleciona o que considera mais importante no texto, desconsiderando informações que acha desnecessárias, levanta hipóteses a partir de informações iniciais como características de algum personagem, ou a partir de expressões que são características de determinado gênero textual, o leitor consegue antecipar informações antes de concluir a leitura. Conseguindo, na realização da leitura, utilizar as estratégias de leitura, percebe-se que houve o entendimento do texto por parte do leitor.

É imprescindível que exista uma verdadeira compreensão do que seja ler, pois a leitura passa pelo processo de comunicação do leitor com o texto, e o professor deve direcionar o aluno a analisar e compreender as idéias expressas pelo autor e encontrar no texto elementos básicos e os efeitos de sentido.

No intuito de que a competência inerente à leitura seja desenvolvida no aluno, faz-se necessário primeiramente incentivar o prazer pela leitura, pois apesar da leitura ser uma ação

individual, a curiosidade, o gosto e o prazer pelos livros podem ser obtidos na sua vivência social, neste aspecto, tanto a família como a escola poderão dar sua parcela de contribuição.

È na família que o hábito da leitura deve ser iniciado e desenvolvido, uma vez que é no seio familiar em são desenvolvidas as atividades pueris no tocante ao ato de ler, e é papel da escola proporcionar ao aluno um contato de forma contínua com a leitura para despertar seu interesse. E para que esse propósito tenha bons resultados, o professor poderá criar projetos de leitura, deixando um pouco de lado o livro didático e utilizando livros de literatura.

Segundo Renata Junqueira (2005), in Rev. Páginas abertas, no projeto de leitura, os livros de literatura serão usados também para transmitir diferentes tipos de conteúdo. O projeto deverá ser criado de maneira que venha atender às necessidades daquela instituição e daquela comunidade, portanto o educador criador e responsável pelo projeto deverá ser conhecedor do histórico da população daquele bairro e a partir daí, ser capaz de correlacionar cada criança ao livro que ela escolheu.

Na criação de um projeto de leitura, o organizador não deverá ficar preso a um único gênero textual, a diversidade ajudará a ampliar o horizonte dos estudantes e trará a leitura para mais próximo de sua vivência. Então, o professor poderá utilizar: literatura de cordel, “causos” populares, textos teatrais, canções populares, textos jornalísticos, entrevistas, entre outros, evitará, dessa forma, que o aluno depare-se apenas com gêneros desconhecidos e sinta-se desmotivado para a leitura. Agindo dessa forma, o mestre estará propiciando ao educando o contato com obras e gêneros que não fazem parte de seu domínio.

O principal objetivo do projeto de leitura é fazer com que o leitor descubra na leitura a alegria, a satisfação e possa relacionar de fato a literatura ao seu dia-a-dia e que dessa forma, melhore suas percepções do mundo. Sendo assim, a tarefa de formar leitores não é apenas do

professor de Língua Portuguesa e sim de toda a escola, visto que para que o estudante tenha êxito nas demais disciplinas, precisará ler e produzir textos.

Tais perspectivas são sugeridas pelos PCN's:

formar um leitor competente supõe formar alguém que compreende o que lê: que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relação entre o texto que lê e outros já lidos... (p.54).

Portanto, para montar um bom projeto, é imprescindível que se tenha na escola as condições de trabalho necessárias, como o empenho e apoio de todos, uma biblioteca com o acervo atualizado, jornais, revistas, entre outros, e sendo assim o trabalho poderá alcançar o sucesso almejado, ou seja, possibilitar aos alunos uma leitura consciente e crítica interagindo continuamente com as diferentes informações textuais, tal postura é essencial para a compreensão.

O ENSINO DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação de um texto não é pura e unicamente literal, ou seja, não se encerra no próprio texto; então, o professor não pode se limitar a respostas prontas e acabadas.

Tal concepção de interpretação é improcedente conforme preconizam os PCN's (1998, p. 56):

articulação entre conhecimentos prévios e informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta das ambigüidades, ironias e expressões figuradas, opiniões e valores implícitos, bem como das intenções do autor.

A atual conjuntura exige que os estudantes sejam competentes, versáteis, criativos, capazes de atuarem socialmente e com desenvoltura nas diferentes situações do convívio social. E para tanto, almeja-se uma escola mais eficiente, que desloque seus objetivos de ensino rumo à inclusão social, evitando perder tempo em ensinar aos estudantes o que já sabem e o que não necessitam saber.

No tocante à interpretação de texto, as análises não podem ser feitas apenas para identificar o que diz o texto, pois a investigação feita apenas neste âmbito se torna superficial, o texto é mais amplo e sua análise também deverá ser. Para ANTUNES (2001, p. 16), in *Língua e ensino* dimensões heterogêneas, a compreensão só será eficaz se tiver como princípio:

...análise, entre outros sentidos, significa 'o exame de cada parte de um todo, tendo em vista conhecer sua natureza, suas proporções, suas funções, suas relações etc'. Pois bem: analisar textos é tentar descobrir sua composição, suas partes, suas funções, suas relações; enfim, suas regularidades, apesar da imensa diversidade de tipos, gêneros, funções, objetivos, formatos que eles podem apresentar.

O estudo de texto só terá realmente êxito se for analisado em todos os seus aspectos nas condições de coerência, coesão, semântica, morfossintaxe, etc e sendo assim passando a ampliar a competência comunicativa do leitor.

Segundo KRIEGL (2001, p. 4) in *Rev. PEC*, o leitor eficiente é aquele que: formula perguntas enquanto lê; seleciona índices relevantes para a compreensão; supre os elementos ausentes, complementando informações; antecipa fatos; critica conteúdo; reformula hipóteses; estabelece relações com outros aspectos do conhecimento; transforma ou reconstrói o texto lido; atribui intenções ao escritor.

Portanto, a interpretação de um texto vai muito além do processo de decodificação de signos, pois o leitor deverá adquirir competência para ser capaz de ler nas entrelinhas, identificar no texto elementos que se encontram implícitos e relacionar o conteúdo do texto que está lendo a outros que já foram lidos.

O ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO

Desde as séries iniciais e chegando a qualquer nível de escolaridade que se encontre o estudante, este sempre se depara com uma grande dificuldade na sala de aula: redigir um texto, em contrapartida, é comum também se ouvir comentários de professores com relação à falta de

qualidade dos textos produzidos por seus alunos. Então, a produção textual já é vista por alunos e professores como um problema, buscam-se agora soluções para tal questão.

Trabalhar as dificuldades enfrentadas pelos alunos é o grande desafio dos mediadores da língua materna segundo MATTOS (2003), visto que a escola sempre direcionou suas preocupações para situações gramaticais, e a produção textual deveria ser uma consequência do domínio de estruturas gramaticais, pois compreendia-se que a memorização dessas categorias seria suficiente para que os alunos produzissem bons textos.

Com o surgimento da Lingüística Textual, as aulas de Língua Portuguesa tendem a buscar um distanciamento da reprodução mecânica das categorias gramaticais e o ensino da produção textual passa a ser compreendida como uma atividade significativa.

Muitas dificuldades apresentadas pelos estudantes ao redigirem um texto estão relacionadas ao desconhecimento dos esquemas textuais que permeiam os diversos tipos de texto e sendo assim, torna-se difícil para os alunos a elaboração de um conto, por exemplo, pois não possuem subsídios na memória para guiá-los.

Para LAJOLO (1994, p. 66), ter um modelo a seguir facilitará a produção:

... partir de um texto para a produção de outro é sedutor e pode até ser eficiente. Desde que não se abandone a perspectiva de que é o processo de significação atualizado no texto escrito, tomando como ponto de partida, que pode deflagrar o processo de significação do texto a ser criado.

Ratificando o posicionamento da autora, para melhorar a qualidade da produção textual, faz-se necessário melhorar as condições que determinam a construção dos textos, e colocar o aluno antes de produzir em contato com outros textos para que através da leitura ele possa adquirir o suporte lingüístico e o conhecimento necessário terá uma grande significação para sua produção, pois o aluno buscará na memória o esquema textual do tipo de texto pedido e isso o ajudará em sua criação.

A leitura e a escrita estão co-relacionadas à medida que o principal objetivo é preparar o leitor/escritor para as diferentes formas de organização textual. O ato de redigir não pode ficar preso a técnicas que visem apenas a um produto final, e sim a um trabalho que é resultado de uma reflexão que passou pelas etapas de ler, falar e escrever.

Então, o educador terá a responsabilidade de melhorar a qualidade dos textos escritos dos educandos, criando as possibilidades favoráveis para a produção textual, tentando assim, diminuir as dificuldades cotidianas na prática da produção escrita.

Segundo as diretrizes dos PCN's é fundamental tratar a prática de produção de texto de maneira mais significativa, dando oportunidade ao aluno de criar várias versões daquele mesmo texto.

Para Eduardo Calil (2000, p. 32), in *Língua e ensino dimensões heterogêneas*, as intervenções nos textos dos alunos devem atender aos seguintes objetivos:

na realização da intervenção (que é necessariamente uma interpretação), optar por um conjunto de aspectos ou outro irá depender, por um lado, de um imaginário constituído em torno do que 'faz texto' para o professor e, por outro, mas interligado ao primeiro, da 'escrita' deste professor diante do texto do aluno. Em outras palavras, a interpretação destes 'problemas'(ou de outros que não foram levantados neste texto (assim como qualquer outro) depende de uma posição subjetiva que se constitui através da inscrição do sujeito no funcionamento lingüístico-discussivo.

Sendo assim, não basta limitar-se a correções formais ou às lacunas de informações apresentadas nos textos, o que importa na verdade é a significação que aquele texto terá para o aluno e o ensino de Língua Portuguesa, ou seja, busca-se a ressignificação da temática apresentada no texto a partir do cotidiano do aluno.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

A partir do que já foi mencionado a cerca do ensino de gramática, ensino de leitura, ensino de interpretação de texto, e ensino de produção de texto, o mediador da língua materna ao

planejar sua prática e ao organizar os conteúdos deverá assumir outra postura da que tem atualmente, que segundo Renira L. de M. Lima (2000), in *Língua e ensino dimensões heterogêneas*, compreende dois momentos: seleção e seqüenciação. A seleção refere-se a diferenciar os conteúdos que os alunos já dominam e os que ainda precisam saber, já a seqüenciação é evitar a fragmentação dos assuntos fazendo com que haja a interação entre eles. Tais procedimentos, exige um conhecimento prévio dos professores a cerca dos assuntos a serem trabalhados para que possam estabelecer uma ligação entre os tópicos que aparentemente não possuem ligação evitando que sejam trabalhados em partes e que não sejam repetidos em séries posteriores.

O professor que ministra aula de Língua Portuguesa possui uma enorme responsabilidade, visto que, o aprendizado das demais disciplinas depende do domínio da leitura e da escrita que constituem a base necessária para o desenvolvimento e progresso do educando nos estudos, já que essas práticas percorrem todas as séries no decorrer de toda sua vida escolar. As aulas, metodologias aplicadas, os valores sociais transmitidos, estando vinculados às percepções, às motivações, ao cotidiano e à linguagem do estudante, despertam mais interesse e facilita seu processo de aquisição do conteúdo. Então, o trabalho do docente consiste em conciliar conteúdos e métodos com o nível de conhecimento do aluno.

O educador deve ser crítico e capaz de entrar na sala de aula e abrir espaço para que o aluno reflita, expresse o seu ponto de vista, tire suas dúvidas troque informações, visto que havendo essa troca todos saem ganhando já que não existe mais espaço para a concepção do professor ser o detentor da verdade absoluta.

A autora Maria Teresa G. Pereira (2000, p. 247), in *Língua e ensino dimensões heterogêneas*, reforça a afirmação feita quando escreve:

há necessidade de atitudes responsáveis por parte do professor de Língua Portuguesa. Mais do que a pedagogia correta, a didática eficaz, estratégias e metodologias adequadas, conhecimento dos conteúdos a serem ministrados- sendo tudo isso, evidentemente, de extrema importância – é a ética que nos deve nortear em qualquer situação, mantendo-nos dignos e altivos em nosso ofício de ensinar a língua materna.

Portanto, para que haja uma perfeita interação professor-aluno, é conveniente que os conhecimentos extralingüísticos do aluno sejam valorizados e respeitados para que, a partir daí, aconteça a aquisição de novos saberes. Se o trabalho do professor e seu método de ensinar não estão vinculados ao dia-a-dia do educando, esses ensinamentos soarão estranhos e desnecessários.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados pelo MEC objetivando auxiliar aos professores com novas estratégias para preparar o aluno para viver neste mundo competitivo, aproximando seus ensinamentos da realidade dos dias atuais. O mercado de trabalho mudou, e o perfil das aulas também precisam acompanhar essas mudanças; os currículos tradicionais já não atendem aos dias de hoje. As sugestões propostas pelos PCN's só terão êxito se o professor modificá-las e adequá-las à realidade de sua escola e de seus alunos.

Um dos conteúdos sugeridos pelos Parâmetros Curriculares para a disciplina de Língua Portuguesa é trabalhar as variações lingüísticas, visto que se o professor conhece a realidade lingüística de sua clientela, seu trabalho poderá ser facilitado, e o aluno que domine uma variedade da língua que não é a de prestígio, não se sentirá discriminado. Para trabalhar a variedade lingüística, o educador deverá estabelecer na sala de aula um ambiente onde todos os falares sejam respeitados.

O aprendiz necessita diferenciar a forma oral e a forma escrita de se expressar, e cada situação merece uma atitude diferenciada. Uma estratégia para se trabalhar a língua falada é gravar a produção textual oral dos alunos, é importante mostrar aos alunos expressões que fazem parte do texto oral e que não ocupam espaço na escrita. Podemos destacar algumas: “né”, “oxi” e

“pois é”, que fazem parte da variedade regional. A variedade escrita poderá ser trabalhada com textos literários, jornalísticos, entrevistas, etc. que colocarão o estudante em contato com a variedade de prestígio.

Quando faz referência ao respeito e à valorização das variedades da língua, não significa dizer que não se trabalhará mais com a língua culta, ela sempre terá seu lugar nas aulas de Língua Portuguesa, pois continua sendo a variante de prestígio. Almeja-se, com tais procedimentos, que os educandos possam associar e diferenciar os contextos de usos de cada variante, tornando-se dessa forma, um usuário competente.

Exige-se uma nova postura do professor de Língua Portuguesa orientações e sugestões estão sendo apresentadas para ajudar ao professor a ampliar os seus horizontes, seus métodos devem adequar-se às mudanças vigentes, já que não há espaço para exercícios mecânicos, trabalhar textos fragmentados, frases soltas, a valorização da gramática normativa como verdade absoluta. A norma lingüística terá seu papel de destaque quando for trabalhada de forma relacionada às outras variedades lingüísticas e puder eliminar o preconceito lingüístico.

Ao direcionar as práticas dos professores para o uso da língua é conveniente salientar que isso não significa que os aspectos gramaticais não tenham importância e sejam desnecessários, e sim que estes devem existir nas aulas como elementos de observação, descrição e categorização indispensáveis para o estudo e análise da linguagem.

Para tornar as aulas de Língua Portuguesa interativas e reflexivas, deve-se seguir a proposta apresentada nos PCN's é trabalhar com Projetos Interdisciplinares e segundo PISCIOTTA (2003), o que viabiliza esses projetos é tornar significativas as atividades de análise gramatical, pois serão relacionadas a situações contextualizadas e possibilitarão desenvolver as possibilidades criativas da língua. Vinculadas a um projeto as atividades de leitura, escrita,

produção e interpretação terão um outro valor para os alunos, pois terão como diretriz a exposição final e poderão refletir sobre a própria língua em uso, como sugere os PCN's.

CONSIDERAÇÕES

Almeja-se que esta pesquisa possa contribuir a partir das sugestões dadas para a melhoria da prática de ensino dos professores de Língua Portuguesa, transformando as aulas tradicionais, pautadas na gramática normativa em aulas de língua. A educação constitui-se a principal arma para combater a marginalização e a exclusão social. Por isso, pensa-se e discute-se tanto sobre a educação nos dias de hoje e sugere-se que os professores da língua materna repensem suas práticas pedagógicas.

Como foi demonstrado, a variação lingüística é uma realidade constatada e propõe-se que a diversidade do uso da língua seja o alvo inicial para os professores da língua materna centrarem suas estratégias de ensino/aprendizagem, visando a um melhor desempenho lingüístico na atuação social dos educandos.

A leitura e a escrita são as atividades fundamentais para o desempenho em qualquer disciplina, como também para execução profissional posterior dos educandos, portanto o professor de Língua Portuguesa é direta ou indiretamente responsável pela atuação de seus alunos frente a situações diversas. A partir dos procedimentos adotados na execução das aulas, teremos como reflexo um cidadão capaz, competente, crítico e participativo socialmente ou um ser apático e passivo aos acontecimentos sociais.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos de. (org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BRITO, Eliana Vianna (org) , MATTOS, José M. de & PISCIOTTA, Harumi. *PCN's de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de monografia da Universidade Tiradentes*. Aracaju: UNIT, 2003.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º grau – Série formação do professor).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) – Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação. Brasília, 1998.

MOURA, Denilda. (org.). *Língua e ensino: dimensões heterogêneas*. Maceió: EDUFAL, 2000.

_____ *Os Múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.

Revista Páginas Abertas. *Parque do conhecimento*– Ano 30 – nº 24 – PAULUS – 2005.

Revista PEC, Curitiba, V.2, nº 1- julho 2001- julho 2202.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

